



Resenha

09/04/2011 – O mito da cidade-globalp.01

“A metrópole de São Paulo expressa hoje a marginalidade social de um país que combina o atraso com o moderno, e uma abissal diferença entre os patamares extremos de renda.” Em decorrência deste fato, João Ferreira discorre acerca de um fenômeno amplamente conhecido nos dias atuais – globalização – e como uma de suas manifestações – as cidades globais – tem se infiltrado em todo o globo em busca da legitimação no modelo hegemônico neoliberal.

Análises

09/04/2011 – A importância da Índia no Conselho de Segurança em 2011p.07

Em 12 de outubro de 2010 a Índia foi eleita com o voto de 187 países membros das Nações Unidas como membro não-permanente do Conselho de Segurança, representando a Ásia. É a sétima vez na história que o país é escolhido e desta vez uma característica particular é que estão ao mesmo tempo no Conselho como membros não-permanentes a Alemanha, a África do Sul, o Brasil e a Índia, países ativos nas tentativas de reforma do Conselho.

09/04/2011 – O papel político da internetp.13

Os fenômenos de facilitação da organização eleitoral, da mobilização de ativistas políticos e da divulgação de informações secretas governamentais tornaram-se comuns no âmbito da internet. Entretanto, para se analisar o seu alcance nas esferas do Estado e da sociedade é preciso considerar a contextualização do papel da rede de alcance global nas realidades locais.

O mito da cidade-global

Resenha
Marina Scotelaro de Castro
09 de Abril de 2011

“A metrópole de São Paulo expressa hoje a marginalidade social de um país que combina o atraso com o moderno, e uma abissal diferença entre os patamares extremos de renda.” Em decorrência deste fato, João Ferreira discorre acerca de um fenômeno amplamente conhecido nos dias atuais – globalização – e como uma de suas manifestações – as cidades globais – tem se infiltrado em todo o globo em busca da legitimação no modelo hegemônico neoliberal.

O fenômeno da paradiplomacia¹ das cidades tem incitado várias vertentes analíticas, devido à centralidade cada vez maior das mesmas na construção dos processos sociais. São nas cidades onde se concretizam políticas definidas desde conferências internacionais até reuniões de membros de pequenas comunidades. Grande parte da literatura que trata do processo de inserção internacional das cidades está relacionada a uma ideia de competição internacional por recursos que viabilizem o desenvolvimento local. Entretanto, uma literatura crítica vem surgindo na medida em que os meios para alcançar uma posição internacional mais visível mascaram e ignoram a continuidade dos problemas de desigualdade social que existem na marginalidade urbana, em especial nos países em desenvolvimento. **O mito da cidade-global: O papel da ideologia na produção do espaço urbano**, de João Sette Whitaker Ferreira², é um livro que

consegue sintetizar as teorias clássicas ligadas à noção de “globalização” e “cidades globais” de autores como Saskia Sassen, Manuel Castells e Jordi Borja, ao mesmo tempo em que questiona a aplicabilidade desses conceitos à realidade brasileira e dos países emergentes.

Segundo Erminia Miricado, no prefácio do livro, a preocupação do autor é demonstrar o mito de São Paulo como “cidade global”, contestando a “tradição de mimetismo cultural combinada com a atitude de alienação em relação à realidade do ambiente construído local [que] impõe ao pensamento crítico nacional uma tarefa de demonstrar cada construção das “ideias fora do lugar”.” (FERREIRA, 2007, pg. 10). Ferreira critica a maneira como o Brasil, em especial São Paulo, absorveu os impactos da globalização, fazendo com que o processo de reestruturação produtiva fosse comprometido pelos problemas de cunho social e pela perversidade do sistema patrimonialista brasileiro.

Na apresentação do livro, Flávio Villaça aponta como sendo imperceptível a ideia de que a globalização vem substituindo de forma sutil o imperialismo do início do século XX, renovando ideias e valores

¹ A Paradiplomacia é a modalidade de execução de política externa pelos governos subnacionais (municípios ou estados) sem necessariamente passar pelo crivo da União. Ainda que não seja constitucional no caso brasileiro, estes atores buscam a concretização dos objetivos de sua agenda local através de uma inserção internacional fundamentada em seus próprios recursos.

² Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela USP e em Economia pela PUC-SP, Mestre em Ciência

Política pela USP e Doutor em Arquitetura pela mesma universidade. Este livro ganhou o prêmio de melhor tese de doutorado da ANPUR em 2005.

hegemônicos. A responsabilidade pela posição periférica de alguns países é empurrada para uma suposta incompetência dos mesmos em não se fazerem presentes nos conglomerados formados pela mídia/internet e pelo marketing urbano. Isso ilustra bem o foco do livro: elucidar a ideologia presente no fenômeno conhecido como “cidade global”, que legitima a ideia de globalização para as cidades, que a tomam como porta de entrada para a modernidade, autonomia e respeito. As ideologias mascaram um processo social real, que, no caso de São Paulo, assim como de todas as cidades brasileiras, se caracteriza pela marginalidade dos urbanos, o atraso produtivo e a injustiça social.

Resultado de uma tese de doutorado em arquitetura e urbanismo, o livro agrega vários campos do conhecimento, sendo multidisciplinar a ponto de se tornar referência crítica para analistas internacionais, sociólogos, economistas e também para arquitetos e urbanistas. O principal objetivo do livro é desmitificar a ideia de que as cidades precisam seguir um modelo neoliberal hegemônico para sobreviver no mercado globalizado e que, para isso, devem se submeter a determinadas formas de planejamento de seu espaço urbano, conhecido como modelo de “cidade global”, classificação em que comumente se vê inserida São Paulo.

Partia-se do pressuposto de que as causas de exclusão do espaço brasileiro se relacionavam à “estruturação desigual da sociedade e da economia”, culpa da burguesia que vendeu o Brasil internacionalmente, o conhecido patrimonialismo brasileiro, o que veio se juntar de forma satisfatória aos preceitos da nova ideologia dominante da globalização, que invade a periferia mundial com ajustes e transformações inaptos às suas especificidades. Ocorre que uma verificação mais detalhada do caso mostrou-se útil para revelar não só as

dificuldades da caracterização de São Paulo como cidade global como, sobretudo, elucidar uma das estratégias de reprodução do sistema neoliberal vigente.

A construção do argumento: inexequibilidade de conceitos

Inicialmente, o autor apresenta o mito que gira em torno da classificação de São Paulo como uma cidade global. Apresenta a teoria da cidade global, cujo pressuposto se baseia na ideia de que as transformações da década de 1970 alteraram o papel e a forma de organização das cidades mundiais que se destacam no sistema econômico global, criando um novo papel estratégico para as grandes cidades (SASSEN, 1998).

A ideia de cidade global se realiza por meio de um planejamento e marketing urbano que torna a cidade competitiva ao adaptar suas condições físicas para a recepção de edifícios de última geração. O ideal é eliminar da cidade toda a marginalidade e informalidade existente, transformando-a em uma empresa. Entretanto, este planejamento não foi adotado em São Paulo, cujo propósito fora apenas de se inserir no mercado internacional, com um consenso legitimado apenas pela elite interessada junto com o governo.

A classificação de São Paulo como cidade global, segundo o autor, incide sobre uma imprecisão histórica. O que autores clássicos apontam como resposta da cidade às demandas da globalização, na verdade, já fazia parte do processo de desenvolvimento da cidade. Há muitos anos São Paulo tem grande importância econômica, mas é exagero dizer que essa colocação foi uma consequência da globalização das últimas duas décadas. A centralidade globalizada da região Marginal Pinheiros (centro da análise do livro) na verdade sempre existiu. É inegável sua atual intensidade, mas a região sempre comportou o setor terciário,

naturalmente estruturado nesta grande metrópole que outrora fora o centro industrial do país e também *locus* das grandes elites empresariais brasileiras (FERREIRA, 2007).

Para dar suporte à sua análise, Ferreira lança mão do conceito de ideologia baseado na acepção marxista, sendo uma “falsa representação teórica da realidade” que legitima o poder dos dominantes, aplicando-se “ao urbano uma vez que a produção do espaço reproduz no território, nas disputas pelo espaço e pela apropriação da sua valorização, as dinâmicas da luta de classes” (FERREIRA, 2007, pg. 47). A globalização é a ideologia das forças neoliberais que coopta as elites e mercados promissores dos países subdesenvolvidos. O paradigma da cidade global aliou-se ao processo de entrada de multinacionais no território brasileiro e também com as aspirações da elite nacional em perpetuar sua hegemonia interna.

Em seguida, o autor empenha-se em desconstruir o argumento de que São Paulo tem a condição de alçar-se globalmente como cidade referência, já que os critérios não se verificam. É feita uma revisão dos atributos da “cidade global” de São Paulo: os tradicionais fluxos econômicos, sedes de empresas multinacionais, o declínio do emprego industrial e o fortalecimento dos empregos no setor de serviços. Considerando que a globalização faz emergir uma sociedade “informacional”, caracterizada essencialmente pela desindustrialização e por um terciário avançado (CASTELLS, 1995), Ferreira apresenta dados que demonstram que, acima de tudo, a concentração do terciário avançado na região da Marginal Pinheiros ocorre essencialmente pela emergência da economia informal e de precárias condições de trabalho. **“Muito mais do que o fortalecimento dos serviços,** fenômeno amplamente defendido pelos ideólogos da ‘cidade mundial’, acreditamos que tenha ocorrido em São

Paulo um *‘aprofundamento do movimento de desestruturação do mercado de trabalho’*” (FERREIRA, 2007, pg.59, grifo do autor).

O que era de se esperar como algo novo, uma nova tendência gerada a partir da globalização, não passa de processos preexistentes com uma nova roupagem que legitima a polarização entre pobres e ricos, a desigualdade socioespacial. E mais: o que ocorre hoje na Marginal Pinheiros aconteceu 30 anos atrás na região da avenida Paulista, talvez com menos intensidade, mas com as mesmas causas, ou seja, antes do espaço temporal de 1970 em diante, marcado como início do processo de globalização.

No terceiro capítulo o autor argumenta a problemática que gira em torno da teoria “cidade global” e de sua relação inextricável do fenômeno da “globalização”, que mesmo sendo inegável pela reestruturação do sistema produtivo mundial, em termos de tempo-espaço, também está imbuída de um discurso ideológico que ajusta os percalços vividos pelo capitalismo, sugando os novos atores às rédeas do “desigual sistema econômico mundial” (FERREIRA, 2007, pg. 15).

A globalização, segundo Ferreira, manipulou o imaginário brasileiro acerca da modernização e integração da economia global capitalista. O autor apresenta a crise do capitalismo pós-guerra e os supostos novos padrões tecnológicos, a reestruturação produtiva e o aprimoramento da divisão internacional do trabalho. Contudo, essa revolução foi mais percebida nos países industrializados, com a superação do modelo fordista³. Entretanto, não há nada

³ O modelo fordista é uma forma de organização de trabalho baseado na produção em massa por meio de linhas de montagem, com mão de obra desqualificada, que perdurou de 1945 até 1973 no período de grande expansão e recuperação do capitalismo após a II Guerra Mundial. (SANTOS, 2009).

de tão novo assim na globalização. É possível enxergar sim uma complexificação da modernização e da própria crise estrutural do capitalismo iniciada em 1929, sem nenhum processo significativo de internacionalização e dispersão global de recursos.

A cidade global, em seu tipo ideal, não existe, e por isso deve ser construída, ao menos ideologicamente. Entretanto, o resultado mais concreto disso é a perpetuação das desigualdades. O Consenso de Washington⁴ marcou definitivamente a dependência dos países subdesenvolvidos ao modelo capitalista neoliberal. Os mercados consumidores do sul foram conquistados sob os preceitos modernizantes que na verdade, não passavam de uma transferência da produção com mão de obra barata, sem qualquer compartilhamento de tecnologia de ponta, minando qualquer possibilidade de melhoria das condições sociais.

“A cidade das sociedades capitalistas periféricas reflete a marginalidade e dualidade resultantes do princípio de perpetuar a subordinação do desenvolvimento à manutenção da ordem elitista vigente, combinando o atrasado com o moderno.” (FERREIRA, 2007, pg. 127). Aplicando-se a um caso, a cidade de São Paulo agrega o que há de melhor e pior na sociedade brasileira, onde crescem as desigualdades sociais concomitantemente à concentração de “ilhas de excelência” econômicas.

Expostas mais claramente as teorias, o autor tenta então verificar que relação pode existir entre esses novos conceitos de globalização/cidade global com o *boom*

imobiliário de edifícios que sustentam os escritórios do setor de serviços e também com o fenômeno mundial de urbanização. Ferreira analisa o processo de reestruturação produtiva e a produção do espaço urbano e regional nos países desenvolvidos criticando aqueles que os relacionam diretamente com a terceirização da economia, interesses imobiliários e do poder público. A renovação urbana de São Paulo é um exemplo emblemático da independência dessa visão, já que o que se verifica é uma elitização urbana sem grandes sedes multinacionais ou outros atributos que a classificariam como cidade global. Para David Harvey, outro expoente de críticas à urbanização, esse *boom* veio como um ajuste natural dentro do sistema de acumulação capitalista, já que reproduz mais uma vez as imperfeições desse sistema o que leva o autor a argumentar que isso não tem nada de novo, mas apenas mais um repetição circunstancial de uma estratégia para manutenção do sistema.

O principal problema da interpretação cânone do fenômeno globalizante e da emergência de cidades globais é sua metodologia estruturalista, ou seja, as cidades que se adaptam segundo o contexto global. Ferreira critica duramente essa visão, demonstrando por meio da Teoria da Máquina do Crescimento a importância das dinâmicas sócio-históricas morfológicas de cada cidade como determinantes de sua condição. É preciso levar em conta o indivíduo como reclamante pelo espaço, que cria coalizões para alcançar seus objetivos, análise importante para se determinar quem de fato controla a cidade. Junto com o Estado, a classe dominante – ou rentista – canaliza os fundos públicos em favor de uma apropriação dos ganhos que o espaço propicia, fenômeno historicamente conhecido no Brasil, o patrimonialismo.

Por fim, o autor aplica as discussões anteriores a São Paulo, comparando a Marginal Pinheiros como outras regiões

⁴ O Consenso de Washington é o nome dado às medidas resultantes da negociação que envolveu os países desenvolvidos no final da década de 1980 sobre a crise da América Latina do período. Dentre as reformas definidas, estão a liberalização e privatização das economias latino-americanas, a fim de conter a excessiva interferência do Estado em assuntos econômicos bem como controlar os déficits públicos gerados pela sua ineficiência (BRESSER-PEREIRA, 1991).

da cidade, utilizando de vários dados empíricos, os níveis de fundos de pensão e o incentivo à atividade imobiliária para demonstrar que não houve uma modernização ou de sua internacionalização do setor terciário na região. Uma das causas apontadas é de cunho estrutural, uma clara falta de experiência no desenvolvimento do setor. O que houve de novos empreendimentos deveu-se às iniciativas individuais, e não por uma centralidade terciárias. Os shoppings, rede de hotelaria e até novos desenhos urbanísticos, apesar de se apresentarem sob o discurso dominante – proferido especialmente pela mídia e pelos governos – de resposta às demandas dos atributos para ser uma cidade global não estão causalmente ligados à globalização.

A máquina do crescimento paulistana existe devido a grupos extremamente polarizados e à inação do estado. Uma luta mais ampla e endógena, a luta pela construção da nação, é mascarada por facções organizadas da burguesia, ora voltadas para melhores condições de habitação, ora ligadas a utilização puramente econômica do espaço da cidade, que caracterizam a suposta luta exógena por um lugar no capitalismo global. A tendência é que a natureza desses investimentos privados e governamentais em megaprojetos de “higienização” e modernização da cidade continue até quando existirem espaços livres para novos edifícios que suportem os escritórios de grandes empresas internacionais e até quando sua ideologia seja tomada como legítima por políticos, empresários e acadêmicos não só brasileiros, mas de todos os marginais ao processo.

Considerações finais

Ainda que as críticas sobre o conceito de cidade global tenham se iniciado ainda na

década de 1990 com outros autores⁵, João Ferreira reaviva a discussão em sua obra analisando um longo período e construindo assim argumentos bem sustentados. A falsa realidade na qual se baseia grande parte das produções acadêmicas vindas de países liberais é contestada realisticamente no livro.

Alguns processos são inexoráveis, mas os cursos de ação definidos a partir deles são opcionais. O principal argumento do livro aponta para o fato de que os teóricos da cidade global limitam-se a dizer que as estratégias adotadas pelas cidades são apenas respostas a uma demanda maior, que determina os padrões de interação globais. É relativamente descomplicado inserir São Paulo no rol de cidades globais sem realizar nenhuma análise meticulosa daquilo que se constituem os atributos de sua definição, como bem demonstra Ferreira.

Os fundadores da modernidade formam a ideologia e esta é amplamente disseminada pelo globo sob várias formas. Princípios democráticos, direitos humanos e cidades globais. A imagem de cidade moderna serve como ideologia perfeita para legitimar megaprojetos arquitetônicos, redefinição espacial e empreendimentos culturais. Embora possa ter havido alguma influência da globalização econômica, especialmente na década de 1990, o autor defende que isso não foi determinante na construção do espaço terciário da cidade de São Paulo. “Temos então, uma absoluta subordinação do desenvolvimento urbano à lógica do capital, sob o patrocínio do Estado patrimonialista. Este é o verdadeiro perfil da produção da ‘arcaica cidade-global’ que é São Paulo.” (FERREIRA, 2007, pg. 222).

⁵ José Luis Fiori, Maria da Conceição Tavares, Paulo Nogueira Batista Jr, Otilia Arantes, Carlos Vainer, Erminia Maricato dentre outros que se dedicam a produções críticas sobre a globalização no sul e planejamento urbano.

Referência

FERREIRA, João Sette Whitaker. **O mito da cidade-global: o papel da ideologia na produção do espaço urbano**. Vozes: São Paulo, SP. 2007.

Leitura complementar

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **A Crise da América Latina: Consenso de Washington ou Crise Fiscal**. Pesquisa e Planejamento Econômico, 21 (1), abril 1991. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/papers/1991/91-AcriseAmericaLatina.pdf>. Acesso em: 2 de mar. 2011

BORJA, Jordi. Las ciudades en la globalización: planificación y proyecto de la ciudad. In: **Ciclo de conferencias: La planificación estratégica, un instrumento integral e integrador de desarrollo**. Municipalidade de Bahia Blanca. Dirección de Planificació estratégica. Argentina, dez./1999

CASTELLS, Manuel. **La ciudad informacional: tecnologías de la información, reestructuración económica y el processo urbano-regional**. Madri: Alianza, 1995.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

SASSEN, Saskia. **As cidades na economia mundial**. São Paulo: Estudio Nobel, 1998.

SANTOS, Vinicius Correia. Da era fordista ao desemprego estrutural da força de

trabalho: mudanças na organização da produção e do trabalho e seus reflexos. **VI Colóquio Internacional Marx e Engels**. São Paulo, 2009. Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/cemarx/colquio/Docs/gt9/Mesa1/da-era-fordista-ao-desemprego-estrutural-.pdf>. Acesso em: 2 de mar. 2011

Palavras chave: cidade global, modernização, globalização, ideologia.

A importância da Índia no Conselho de Segurança em 2011

Análise
Ásia

Rafael Bittencourt
09 de Abril de 2011

Em 12 de outubro de 2010 a Índia foi eleita com o voto de 187 países membros das Nações Unidas como membro não-permanente do Conselho de Segurança, representando a Ásia. É a sétima vez na história que o país é escolhido e desta vez uma característica particular é que estão ao mesmo tempo no Conselho como membros não-permanentes a Alemanha, a África do Sul, o Brasil e a Índia, países ativos nas tentativas de reforma do Conselho.

Este artigo se propõe a entender qual a importância da Índia na política internacional como membro não-permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU). Para isso, serão apresentados: a sua agenda, sua demanda por reforma do Conselho junto a Brasil, Alemanha e Japão (que formam o G-4), a sua presença junto com novos atores relevantes nas relações internacionais (destaque para Brasil e África do Sul) e as implicações da sua eleição para os países da região, em particular o Paquistão.

Índia, África do Sul, Alemanha, Colômbia e Portugal foram eleitos para mandatos de dois anos como membros não-permanentes do CSNU. Desde 1º de janeiro de 2011 estes países são membros, tendo substituído Áustria, Japão, México, Turquia e Uganda. Eles se uniram, portanto, aos cinco membros permanentes¹ e aos outros cinco membros não-permanentes cujo mandato segue por mais um ano².

Um fato a ser destacado desta eleição é a entrada no CSNU de Índia, África do Sul e

Alemanha. Estes países, junto com Brasil – membro não-permanente cujo mandato acaba no final de 2011 – são algumas das vozes mais importantes em relação à discussão pela reforma do Conselho de Segurança.

Estrutura do Conselho de Segurança

O Conselho de Segurança da ONU é composto por dez membros não-permanentes e cinco permanentes. Os não permanentes são regionalmente distribuídos e se revezam no poder através de eleições na Assembleia Geral da ONU, ficando cada um por dois anos. Os membros permanentes do CSNU têm como diferencial, além de nunca serem substituídos, o fato de que possuem poder de veto. Tal estrutura tem como origem o final da Segunda Guerra Mundial. Os membros permanentes são aqueles que venceram a Guerra, além da França (pela sua importância histórica) e da China, para fazer frente ao poder japonês. Os demais membros são regionalmente divididos e escolhidos através de eleição na Assembleia Geral das Nações Unidas.

O CSNU sofreu uma reforma em 1965 quando passou de 11 para 15 membros. A ampliação tocou somente os membros não-permanentes. A justificativa para o fato é de que o número de países membros da ONU havia aumentado

¹ China, Estados Unidos, França, Reino Unido e Rússia

² Brasil, Bósnia-Herzegovina, Gabão, Nigéria e Líbano

muito. Tal argumento, hoje, seria válido, já que em 1965 a ONU tinha 118 membros e, em 2011, são 192 os países que integram a organização.

Outro argumento válido é que o mundo atual não é o mesmo do tempo do início da Guerra Fria. A bipolaridade entre União Soviética e Estados Unidos já não existe mais, inúmeros Estados independentes surgiram (principalmente ex-colônias e ex-membros da União Soviética), novos países passaram a possuir bombas atômicas, dentre outras mudanças.

A reforma do Conselho de Segurança

É evidente que os membros não-permanentes tem poder consideravelmente menor que os permanentes. Entretanto, a participação de um país como membro rotativo pode ser benéfica pelo fato de, por exemplo, poder influenciar nos temas a serem discutidos ou ao negociar condições em temas de interesse. A Índia tem um interesse particular que é a questão da reforma. Países do P-5 (os cinco membros permanentes) já se manifestaram a favor da reforma e a favor da presença indiana com assento permanente. Isto é um fator extra que colabora para tornar mais relevante a presença do país asiático no Conselho de 2011.

Alemanha e Brasil, também membros não-permanentes, formam com Índia e Japão o G-4, união feita em 2004 a fim de propor uma forma de reforma ao Conselho. Tal grupo reúne tanto países com considerável contribuição financeira para a ONU (Alemanha e Japão) quanto países com destacada importância regional e atuação próxima a países em desenvolvimento (Brasil e Índia).

A proposta deles consiste em uma ampliação de 10 cadeiras no CSNU, sendo 6 de membros permanentes e 4 de não-permanentes, com as mesmas regras de hoje (mandato de dois anos, sem reeleição imediata). O G-4 teria quatro das seis cadeiras permanentes, restando duas para

países africanos. Os novos permanentes, porém, não teriam direito a veto, pelo menos nos primeiros 15 anos³. Entretanto, outras propostas de reforma estão em debate, como a “Unidos pelo Consenso” e a proposta da União Africana⁴, variando em relação ao tipo de mudança no Conselho e em relação aos novos membros permanentes.

Outro ator importante para a Índia no Conselho é a África do Sul. Apesar de apresentar uma outra proposta de reforma (a da União Africana), tal país nos últimos anos está com uma atuação articulada com Brasil e Índia, em grande parte graças ao foro IBAS, criado em 2003 como iniciativa trilateral de cooperação entre estes líderes regionais, que possuem destacada atuação em foros multilaterais.

Sobre o IBAS, Cepik (2009) escreve que estes países concordaram em iniciar treinamentos em conjunto para a participação em operações de manutenção da paz, além de cooperarem no combate ao tráfico de armas ilegais e narcóticos, dentre outros.

Apesar de sua baixa institucionalização, o IBAS – que não é uma organização internacional, mas sim um fórum – pode ser relevante no CSNU na medida em que ele pode coordenar votos e influenciar outros membros não-permanentes.

Também ganhou destaque na imprensa o fato de todos os BRICS⁵ estarem representados em 2011. Tal grupo tem como origem uma prospecção da Goldman Sachs em relação à economia. Seus membros, entretanto, possuem grandes e numerosas assimetrias entre si, tornando difícil uma articulação entre eles

³ Fonte: http://www.bbc.co.uk/portuguese/report/erbbc/story/2005/09/050909_csonuaw.shtml

⁴ Tais propostas estão detalhadas no artigo “Conselho de Segurança: alternativas para um projeto de reestruturação”, publicado em outubro de 2006 nesta mesma revista.

⁵ Brasil, Rússia, Índia e China são os países originais. Em 2010 a China convidou a África do Sul para o grupo.

dentro do Conselho de Segurança, inclusive no tema da reforma. Apesar disso, uma maior aproximação entre eles daria muita força ao grupo, já que China e Rússia são membros permanentes. Vale lembrar que Brasil, Rússia, Índia e China se abstiveram na votação da resolução 1973 do Conselho de Segurança que autoriza o uso da força na Líbia com base no Capítulo VII da Carta da ONU, o que pode ser um primeiro sinal para uma maior aproximação entre tais países no tema da segurança⁶.

O G-20 financeiro é outro grupo de países que está bem representado no CSNU de 2011, apesar de não completamente, como o IBAS e o BRIC. Dos 20 países que o compõem, 9 estão agora como membros do CSNU⁷. Este fato destaca a força de tais países, seja em assuntos econômicos, seja em termos de segurança.

Posição dos permanentes sobre a reforma

É impensável qualquer reforma no Conselho de Segurança sem a aprovação da mesma por todos os membros permanentes. Deste modo, esta seção fará uma breve apresentação das posições de cada um dos P-5.

O presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, em 8 de novembro de 2010, dias após a eleição indiana para o CSNU, fez um discurso⁸ para o parlamento indiano no qual defendeu abertamente uma reforma no CSNU que tornasse a Índia membro permanente do órgão. Obama ainda falou da presença de outros países como membros permanentes, apesar de não especificar quais seriam os mesmos.

Porém dias depois Obama defendeu a participação do Japão como membro permanente do CSNU. Neste sentido, é evidente que os Estados Unidos não aprovam a proposta do “Unidos pelo Consenso”, já que eles não almejam alterações em relação aos permanentes do Conselho. Entretanto, isto não significa um apoio à proposta do G-4. A visita do presidente Obama ao Brasil em março mostrou isso, já que não houve, como na Índia, um apoio claro à presença brasileira em uma eventual reforma no Conselho.

A França apoia abertamente a entrada de Japão, Brasil, Índia e Alemanha, além de países africanos, no CSNU como membros permanentes, sendo portanto uma apoiadora da proposta do G-4. “Quem pode pensar que é possível resolver os problemas do mundo sem Brasil, Índia ou África?” É a pergunta que o presidente francês Sarkozy fez em um pronunciamento em janeiro deste ano⁹.

A Inglaterra, assim como a França, apoia abertamente a ampliação de assentos permanentes para os G-4, além de um país africano¹⁰.

A Rússia, em dezembro de 2010, através das palavras do presidente Medvedev, também apoiou a presença indiana como permanente em caso de reforma¹¹. A Rússia também aprova a presença japonesa de igual modo, mas coloca reticências em relação a Brasil e Alemanha, em oposição a eventuais presenças de países como Itália, Argentina

⁶ Fonte: <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/aprovacao-da-resolucao-1973-do-conselho-de-seguranca-da-onu-sobre-a-libia>

⁷ Estarão no CSNU: África do Sul, Alemanha, Brasil, China, Estados Unidos, França, Índia, Reino Unido e Rússia.

⁸ Discurso na íntegra no site Indiatoday.Intoday.in/site/story/119263/obam-a-visit/full-text-of-obama-speech-in-parliament.html?page=5

⁹ Sobre a posição francesa: <http://planobrasil.com/2010/12/04/sarkozy-india-merece-assento-permanente-no-conselho-da-onu/>

Ver também <http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,sarkozy-quer-brasil-no-conselho-de-seguranca-da-onu,491988,0.htm>

¹⁰ Fonte: <http://www.ijuhy.com/noticia-ler.php?id=14803>

¹¹ Fonte: http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20101224/not_imp657695,0.php

e México¹².

A China, apesar de considerar a reforma do CSNU como “razoável e necessária”¹³ não deixa explícita sua posição, apesar de certa rejeição à proposta do G-4. Como maior entrave à proposta, está a complicada relação entre China e Japão: a entrada deste país como membro permanente seria negativo para a China no sentido de maior poder decisório e maior igualdade em relação a influência local. Em relação à Índia, a China se limitou a declarar que “entende o desejo indiano” e que deseja manter negociações. Entretanto, dificuldades principalmente em relação a disputas territoriais podem dificultar o apoio à Índia¹⁴.

Segurança Regional: O Sul da Ásia

Sobre a segurança no Sul da Ásia, Cepik (2009) faz algumas considerações importantes. O autor escreve que a distribuição de poder da região é bipolar, com Índia e Paquistão nos pólos, principalmente pelas capacidades militar e nuclear de ambos. Ele lista alguns dos principais temas em relação à segurança da região e, para este artigo, deve ser levantado em particular o terrorismo e a disputa pela Caxemira.

Cepik ainda destaca como relações de poder com atores externos à região a aliança Índia-Estados Unidos-Japão versus Paquistão-China e China-Rússia, além das relações comerciais e militares da Índia com a Rússia e Israel e acordos de segurança e comércio com ASEAN¹⁵.

O mesmo autor ressalta ainda que a região possui baixa institucionalização da segurança, além de haver risco de guerra nuclear entre Índia e Paquistão e haver também uma tendência à formação de um supercomplexo de segurança asiático, remetendo ao conceito de Buzan e Waever (2003) sobre complexos de segurança. Em termos gerais, tal conceito quer dizer um “conjunto de unidades cujos principais processos de securitização, dessecuritização ou ambos, são tão interligados que seus problemas de segurança não podem ser razoavelmente analisados ou resolvidos de maneira independentes umas das outras”

Em relação à China, Pautasso (2006) escreve que as relações entre ela e a Índia, influenciada por disputas territoriais, vive uma evolução marcada pela “cooperação pragmática”, o que quer dizer que apesar de não haver alinhamento no nível de segurança e política externa, também não há um recrudescimento das tensões bilaterais a ponto de comprometer a estabilidade da região.

É importante destacar que a Índia, segundo Dash (1996), possui disputas bilaterais com todos os seus vizinhos, exceto Maldivas e Butão. Neste sentido, a participação no Conselho de Segurança pode ser uma estratégia para afastar das discussões sobre segurança os temas que podem ser prejudiciais à Índia.

Agenda e incoerências

Duas declarações recentes apresentam a agenda indiana no CSNU: uma é a entrevista coletiva do Ministro das Relações Exteriores Shri S.M. Krishna¹⁶ feita logo após a eleição da Índia para o CSNU, e a outra é o discurso do embaixador Hardeep Singh Puri, ao representar a Índia na Assembleia Geral

Laos e Camboja.

¹⁶ Tal entrevista se encontrará em <http://www.mea.gov.in/mystart.php?id=530116563>

¹² Fonte: <http://port.pravda.ru/news/russa/26-03-2005/7481-0/>

¹³ Fonte: <http://www.estadao.com.br/noticias/internacional,china-se-diz-favoravel-a-ampliacao-do-conselho-de-seguranca-da-onu,637284,0.htm>

¹⁴ Fonte: <http://noticias.r7.com/internacional/noticias/china-diz-entender-interesse-da-india-no-conselho-de-seguranca-20101109.html>

¹⁵ Associação de Nações do Sudeste Asiático, composta por Tailândia, Filipinas, Malásia, Cingapura, Indonésia, Brunei, Vietnã, Mianmar,

das Nações Unidas de 2008¹⁷. Após isto, serão identificadas incoerências do discurso oficial com a realidade política do país.

Pode-se destacar de tais pronunciamentos que a Índia tem como prioridades (devido a sua localização em uma região problemática do globo) a paz e a estabilidade na vizinhança, incluindo Afeganistão, Oriente Médio e África. Também são destacados temas como contra-terrorismo, não-proliferação de armas de destruição em massa a atores não-estatais e o reforço das operações de manutenção da paz.

Os discursos destacaram ainda a atuação futura da Índia com outros países a fim de incentivar as conversas sobre uma reforma estrutural no Conselho de Segurança. Neste ponto, de fato ocorreram maiores esforços, em especial entre os membros do foro IBAS, como demonstra a nota conjunta da reunião ministerial com África do Sul, Brasil e Índia do dia 11 de fevereiro de 2011¹⁸.

Em relação à luta pela paz e estabilidade regional, soa incoerente um país que possui bombas nucleares falar sobre isto. Entretanto, no dia 10 de fevereiro de 2011 um comunicado conjunto entre Índia e Paquistão divulgou a retomada das negociações de paz, suspensas desde 2008¹⁹. Apesar de não ser provável progresso rápido em relação às negociações, este fato é um passo que corrobora a postura indiana como defensora de paz na região.

Considerações finais

¹⁷ Tal discurso pode ser visto na íntegra em <http://www.un.int/india/2010/ind1735.pdf>

¹⁸ A nota se encontra no endereço <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/reuniao-ministerial-do-ibas-declaracao-conjunta-nova-york-11-de-fevereiro-de-2011>

¹⁹Fonte: <http://www1.folha.uol.com.br/bbc/873670-india-e-paquistao-anunciam-retomada-das-negociacoes-de-paz.shtml>

Os pretendentes mais fortes a assentos permanentes estão se movimentando intensamente no CSNU, aproveitando que estão em grande número neste ano. Em janeiro a Índia presidiu o CSNU, em fevereiro o Brasil esteve na presidência, ambos promovendo diálogos no sentido da reforma.

Em março o presidente Barack Obama visitou o Brasil e não deu mostras claras do posicionamento dos Estados Unidos em relação à proposta do G-4 e do Brasil. Uma hipótese para isto pode ser, geograficamente pensando, a tentativa estadunidense de evitar que um país no mesmo continente tenha crescimento considerável de poder no ambiente internacional.

Muitas negociações ainda são necessárias, e a China é um grande – talvez o maior – obstáculo a ser superado para a aceitação de uma reforma. Mas as propostas ainda devem ser muito discutidas, por deixarem ainda questões em aberto, como, por exemplo, quais países africanos seriam membros permanentes.

A importância da Índia no CSNU não se limita, porém, à questão da reforma. Como dito, dela depende em grande medida a paz no sul da Ásia, principalmente na relação com o Paquistão. A Índia ainda é importante exemplo no CSNU como maior democracia do mundo (em relação a número de habitantes), como ativo colaborador nas missões de paz da ONU e como parceiro nas discussões anti-terrorismo, de acordo com os discursos citados anteriormente de autoridades do país.

Referências

BUZAN, Barry & WÆVER, Ole. **Regions and Powers: the structure of International Security**. Cambridge-UK, Cambridge University Press, 2003.

CEPIK, Marco. **Segurança nacional e**

cooperação Sul-Sul: Índia, África do Sul e Brasil. In: LIMA, Maria Regina Soares de; HIRST, Monica. **Brasil, Índia, África do Sul - Desafios e oportunidades para novas parcerias.** São Paulo: Paz e Terra, 2009.

DASH, Kishore. **The Political Economy of Regional Cooperation in South Asia.** Pacific Affairs, volume 69, no. 2 summer, 1996, pp.185-209.

PAUTASSO, Diego. A China na transição do Sistema Mundial: Suas relações com EUA e Índia. Disponível em <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/10240/000591357.pdf?sequence=1>> . Acesso em 16 fev. 2011.

Sites:

BBC Brasil

Folha

Ministério das Relações Exteriores do Brasil:

<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/eleicao-para-o-conselho-de-seguranca-das-nacoes-unidas>

Ministry of External Affairs of India

Government of India

http://india.gov.in/knowindia/united_nations_international.php

UN Department of Public Information

<http://www.un.org/News/Press/docs/2010/ga110009.doc.htm>

Ver também

04/10/2006 - Conselho de Segurança: alternativas para um projeto de reestruturação

17/06/2005 - A China e a reforma do Conselho de Segurança da ONU

Palavras Chaves: Índia, IBAS, BRIC, Reforma do Conselho de Segurança, Ásia, G-4

O papel político da internet

Análise
Rúbia Rodrigues
09 de Abril de 2011

Os fenômenos de facilitação da organização eleitoral, da mobilização de ativistas políticos e da divulgação de informações secretas governamentais tornaram-se comuns no âmbito da internet. Entretanto, para se analisar o seu alcance nas esferas do Estado e da sociedade é preciso considerar a contextualização do papel da rede de alcance global nas realidades locais.

S e até as eleições do Obama a ocorrência da mobilização política dos indivíduos na internet não era desconhecida, ela era ao menos subestimada. Naquele momento, a campanha presidencial foi seguida de uma intensa capacidade de angariar doações pela internet e, ao mesmo tempo, um novo método de organização dos grupos e dos ativistas políticos.

Dos palanques aos blogs, vídeos e debates virtuais, pode-se dizer que a mudança do perfil dos principais meios de comunicação na sociedade influenciou o modo de se fazer política pelo lado dos governantes. De um lado houve uma aproximação de candidatos a importantes cargos políticos se ingressando num contato virtual cada vez maior com os eleitores. Por outro, o modo de organização dos grupos de interesse e da população em geral foi facilitado pelo crescimento do acesso público às redes sociais e à facilitação do processo de adquirir e fomentar informações nas plataformas virtuais.

A internet está presente em diversas fases do processo democrático, na formação de opinião, na busca de informações, nas eleições, no monitoramento das atividades do governante, nos movimentos de oposição e até mesmo nos movimentos contra o autoritarismo nos países não-democráticos.

Mais recentemente, a presença da internet nos protestos contra o presidente Hosni Mubarak, do Egito, estava ligada a uma grande mobilização da Juventude da

Irmandade Muçulmana¹, do Grupo Estudantil “Movimento 6 de Abril”² e de demais interessados nas causas pelas vias da *world wide web*³.

De acordo com o artigo de David O. Kirkpatrick adaptado do *NY Times* para O Estado de S. Paulo, “Por trás do ocaso do regime, 15 jovens engajados”, a internet desempenhou um papel fundamental para que se pudessem delinear as reivindicações e criar a revolta da Praça Tahrir, no Cairo, capital do Egito. Os líderes, que se tornaram reconhecidos após um longo período de anonimato a fim de evitar ações de perseguição e de tortura são formados por um executivo do Google, Wael Ghonin, que criou a página no Facebook, o advogado e líder da Juventude da Irmandade Muçulmana, Islam Lafti, que cuidava da organização

¹ Genericamente, a Irmandade Muçulmana é uma organização muçulmana fundamentalista que deseja a prática do islamismo de forma ortodoxa e sem influências ocidentais. Seu lema é: “Deus é o único objetivo. Maomé é o único líder. O Corão é a única lei. A *jihad* é o único caminho. Morrer pela *jihad* de Deus é nossa única esperança”. Mais informações, acesse: <http://www.ikhwanweb.com/>

² De transcrição em inglês “6 April Youth Movement” o grupo se auto-denomina como um grupo de pressão perante ao governo para reivindicar a liberdade de expressão e se posicionar contrariamente ao grande nepotismo no Egito e o baixo rendimento da economia. Mais informações, acesse: <http://6april.org/english>

³ A World Wide Web (Rede de Alcance Global, em português) é o sistema de dados hipermídia executado na internet criado por Tim Berners-Lee.

dos partidos, o advogado e principal assessor de ElBaradei⁴, Ziyad el-Elaimy, e o líder do grupo estudantil “Movimento 6 de Abril”, que coordenou protestos na internet ao lado de Ghonim.

A questão que se destaca a esses movimentos no âmbito da internet vai de encontro ao problema olsoniano clássico⁵, já que, pode ser resultante de uma baixa taxa de comprometimento, uma alta quantidade de participantes e a inexistência de motivação para se associar. Nas redes sociais, usar uma hashtag⁶, entrar em uma comunidade⁷ ou curtir⁸ uma página de uma mobilização, seja ela política, social ou ambiental, não causa grandes custos para o indivíduo, entretanto, quando os benefícios obtidos não compensam os custos de participação, numa passeata, por exemplo, ou, quando há a percepção de que já existem indivíduos suficientes na participação de uma causa, a conduta *free-rider*⁹ pode se tornar mais incidente.

⁴ Mohamed El-Baradei é ex-diplomata do Egito, ingressou na Agência Internacional de Energia Atômica em 1984, tornando-se diretor dessa organização em 1997. Ganhou o Prêmio Nobel da Paz em 2005.

⁵ Mancur Olson foi um economista e cientista político norte-americano que possui como mais influente livro “A Lógica da Ação Coletiva”. É nele que se destaca o dilema de cooperação em grupos grandes e as ações *free-rider* como melhor explicitado no texto.

⁶ A *Hashtag* é um tradicional mecanismo virtual mais comumente utilizado no Twitter como forma de associação a uma causa e de centralização das informações prestadas ao fim da simbologia de uma palavra, classificando-a. Grandes agrupamentos tornam-se *Trending Topics* do Twitter ganhando visibilidade aos usuários.

⁷ Centralização de usuários interessados a um assunto específico em uma página no Orkut ou Facebook.

⁸ Mecanismo de ativismo a uma causa específica no Facebook. Essas causas são reproduzidas a todos os amigos do usuário.

⁹ A conduta *free-rider*, ou caroneira, diz respeito à ação do indivíduo de não adesão completa à causa. Em Olson (1999) essa postura é mais provável em grupos grandes.

Assim, muitas vezes a mobilização política é facilitada pelas redes sociais, fazendo muito “barulho”, mas resultando em pouco. Exemplo disso foi o uso excessivo da *hashtag* #forasarney pelos usuários brasileiros – perpetuando por dias nos *Trending Topics*¹⁰ do Brasil e do Mundo – sem implicações práticas na realidade, afinal, apesar dos escândalos dos atos secretos e do favorecimento de parentes¹¹, Sarney ainda está presente no cenário político brasileiro, sendo presidente do Senado.

Entretanto, figuram-se neste momento casos bem sucedidos como os da organização Avaaz¹² que é um modelo de mobilização *online* de pessoas do mundo inteiro para agirem em causas internacionais. Suas ações se iniciam na plataforma online e se desenvolve com a organização de assinatura de petições, de financiamento de campanha, de contato aos governos e de protestos e eventos nas ruas. Um exemplo de grande mobilização virtual levada a cabo nas esferas de governo foi a aprovação da lei Ficha Limpa¹³ em 2010.

É preciso considerar que mesmo sendo difícil mensurar os conceitos de influência ou poder na relação entre dois objetos, a preocupação de um em relação ao outro já justifica o estudo da interação. A preocupação com movimentos virtuais e com o acesso de informações ideologicamente contrárias as do governo pode ser encontrada com a restrição no

¹⁰ Os *Trending Topics* demonstram as novas *hashtags* mais utilizadas pelos usuários. Manifestações online ganham visibilidade midiática e nas redes sociais quando do escalonamento dos verbetes aos tópicos mais citados.

¹¹ Mais Informações: <http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,sarney-e-alvo-de-protesto-virtual-no-twitter,394738,0.htm>

¹² <http://www.avaaz.org/>

¹³ Genericamente é uma lei que objetiva melhorar o perfil dos candidatos a cargos eletivos do país. Mais informações: <http://www.fichalimpa.org.br/>

acesso à internet em países como Irã, Coréia do Norte, Mianmar, República Popular da China, Arábia Saudita e Cuba, por exemplo. Mas há também uma alternativa à tradicional censura de páginas da web, para combater opositores ao governo.

Nessa estratégia, a limitação à oposição na web é feita pela própria quantidade de informações, o combate é de conteúdo por conteúdo e não com escassez de informações. É o que ocorre, por exemplo, com o *50 Cent Party* na China em que o governo chinês contrata pessoas para postar comentários favoráveis ao governo com o objetivo de controlar e moldar a opinião pública. Assim, para esses governos, altamente orwellianos¹⁴, é muito mais eficiente monitorar a internet a bloquear o seu acesso, evitando as reclamações públicas e ações de censura expostas.

Neste momento, depreende-se o fenômeno da vulnerabilidade governamental às ações de *hackers*. Os inúmeros casos de invasões a sistemas de infraestrutura e segurança e até mesmo as organizações virtuais de redes terroristas levantam a demanda de uma convenção sobre a utilização do ciberespaço. Além disso, destaca-se a ação de organizações que publicam informações secretas governamentais, como a Wikileaks.¹⁵

Destarte, para Evgeny Morozov, autor de *"The Net Delusion: The Dark Side of Internet Freedom"* e colaborador das revistas *Foreign Policy* e *Boston Review*, é a política, a cultura e a economia que moldam como a população irá utilizar a tecnologia, e não o

contrário. A internet, inserida em um contexto definidor de seus usos e efeitos na realidade, não está formada de forma autônoma. Não se pode creditar a ela poderes além de suas próprias capacidades. Entretanto, o papel de "formação cultural" da internet relativiza este argumento já que ela possui características culturais de meios tradicionais como a leitura, a produção e a troca de textos (e outras obras culturais como música, vídeos e fotos) e a criação de espaços de discussão antes somente presenciais.

É claro que os indivíduos e as massas são os principais vetores de um processo de ativismo, sendo a internet um meio para a convergência de informações. Seria uma falácia antropomorfizar o papel da internet delegando-a poderes diversos. Assim, "acreditar que a internet, por si só, fortalece a democracia é uma idéia tão simplória quanto achar que a queda de um governo autoritário sempre dá *sic.* lugar a um democrático".¹⁶ Entretanto, deve-se considerar a capacidade virtual de agência global e simultânea, favorecendo os vários fenômenos que se ligam à realidade.

Referência

6 April Youth Movement

<http://6april.org/english/>

BBC

<http://news.bbc.co.uk/2/hi/7783640.stm>

Cult: Mídia e Poder – Edição 154

<http://revistacult.uol.com.br/>

¹⁴ O termo orwelliano é utilizado para referir-se a qualquer reminiscência do regime ficcional do livro "1984", grande obra de George Orwell. Neste livro há um retrato do governo de grande invasão sobre os direitos individuais, além da fiscalização e controle da vida dos cidadãos.

¹⁵ Ver também: Wikileaks e os arquivos não mais secretos estadunidenses. Disponível em: http://www.pucminas.br/conjuntura/noticia_conjuntura.php?codigo=645&lateral=6&cabecalho=29&menu=922

¹⁶ Em "Hashtags não derrubam governos" de Tiago Dória Weblog. Disponível em: <http://www.tiagodoria.ig.com.br/2011/01/31/hashtags-nao-derrubam-governos/>

Estado de S. Paulo

http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20110212/not_imp678602,0.php

The Economist

<http://www.economist.com/blogs/democracynamerica/2010/11/wikileaks>

Exame

<http://exame.abril.com.br/economia/mundo/noticias/movimento-6-de-abril-acabou-a-era-da-escravidao-e-do-autoritarismo>

The Guardian

<http://www.guardian.co.uk/world/deadlineusa/2008/nov/05/uselections20082>

<http://www.guardian.co.uk/books/2011/jan/29/net-delusion-evgeny-morozov-review>

Irmandade Muçulmana

<http://www.ikhwanweb.com/>

NY Times

http://www.nytimes.com/2011/02/06/world/middleeast/06face.html?_r=1&ref=daviddkirkpatrick

http://www.nytimes.com/2009/01/25/magazine/25bloggers-t.html?_r=1

Perspectiva Política

<http://perspectivapolitica.com.br/tag/internet-e-politica/>

Rue 89 - Oliver Roy: Comme solution politique, l'islamisme est fini

<http://www.rue89.com/entretien/>

Tiago Dória Weblog

<http://www.tiagodoria.ig.com.br/2011/01/31/hashtags-nao-derrubam-governos/>

MOROZOV, Evgeny. **The Net Delusion: The Dark Side of Internet Freedom**. New York: PublicAffairs, 2011.

OLSON, Mancur. **A lógica da ação**

coletiva. São Paulo: EDUSP, 1999.

Ver Também:

06-11-2010: Wikileaks e os arquivos não mais secretos estadunidenses

Palavras-Chave: Democracia, Egito, Internet, Mídia, Olson, Owen, Wikileaks

Conjuntura Internacional**Pontifícia Universidade Católica - MG**

Presidente da Sociedade Mineira de Cultura: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Grão-Chanceler: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Reitor: Dom Joaquim Giovani Mol Guimarães

Vice-reitora: Profª. Patrícia Bernardes

Assessor especial da reitoria: Prof. José Tarcísio Amorim

Chefe de Gabinete do Reitor: Prof. Osvaldo Rocha Tôres

Conjuntura Internacional

Chefia do Depto de Relações Internacionais: Prof. Danny Zahreddine

Coordenação do Curso de Relações Internacionais: Prof. Danny Zahreddine

Coordenação-Geral: Prof. Leonardo César Souza Ramos

Conselho acadêmico: Prof. Danny Zahreddine
Prof. Rodrigo Corrêa Teixeira
Profª. Liana Araújo Lopes

Membros: Carlos Roberto de Souza Junior; Déborah Silva do Monte; Gabriel Campos Ferdinando; Márcia de Paiva Fernandes; Marina Scotelaro de Castro; Pedro Casas Vilela Magalhães Arantes; Rafael Bittencourt Rodrigues Lopes; Raquel Helen Santos Silva; Vinícius Tavares de Oliveira.

Os textos aqui divulgados são de inteira responsabilidade de seus autores e não representam a opinião oficial do grupo.

Av. Dom José Gaspar 500, Instituto de Ciências Sociais, prédio 47, sala 105 - Coração Eucarístico - Belo Horizonte - MG - CEP 30535-901 Tel: (31) 3319-4495 email:

ci@pucminas.br website: <http://www.pucminas.br/conjuntura>